

Ao décimo segundo dia do mês de julho de 2021, ocorreu presencialmente a reunião acerca da criação de um Parque Marinho no entorno do Parque Estadual Ilha Anchieta (PEIA) com representantes da Fundação Florestal (FF) e pescadores artesanais de Ubatuba. A reunião teve início às 17:35, no mercado de peixes, na Barra dos Pescadores, Ubatuba. A relação dos presentes está registrada em lista de presença, passada ao decorrer da reunião. Priscila (PEIA/FF) dá as boas-vindas e Diego (FF) inicia a fala apresentando o projeto e destacando que é uma proposta de gestão e que este não ultrapassará os limites do polígono, que a proposta é para o ordenamento do turismo e que não trará novas regras para a atividade de pesca. Apresenta o que já foi identificado como dúvida, acerca das discussões sobre o ato tendente e declara que a FF irá absorver este novo regramento e incorporar na nova UC, para que não haja conflito com a Polícia Ambiental (PAMB). Expõe que a salvaguarda e abrigo de embarcações não serão descaracterizados, bem como a rota de navegação, destacando que situações pré-existentes irão se manter e que isso será escrito no decreto de criação. Esclarece também que este se trata de um projeto diferente do projeto de permissão de uso para a Ilha Anchieta. Priscila traz a importância de proteção da área a nível de Unidade de Conservação para a gestão do PEIA, para a busca de recursos e para incentivar o turismo de base comunitária (TBC), inclusive casado com o projeto de permissão. Márcio (APAMLN/FF) menciona que há potencial para o TBC, fala sobre a possibilidade de Pagamentos por Serviços Ambientais (PSA), reforça a não proibição do trânsito de embarcações, destacando que o importante é não retroceder nos processos participativos. Diego menciona os objetivos do projeto, destacando o ordenamento do turismo e reforçando que não haverá regramentos adicionais para a atividade da pesca. Comenta também que o projeto está no início. Jerry expõe que deve estar registrado para ter garantia de que o tráfego não será impedido e que o ato tendente será resolvido para não haver arbitrariedade na fiscalização. Diego propõe trazer o texto idêntico ao do plano de manejo da APAMLN para incorporar no decreto de criação da UC e expõe que este texto será trazido novamente para ciência de todos antes de ser assinado. Ana pergunta se este regramento acerca do ato tendente será vigente, mesmo antes da aprovação do plano de manejo da APAMLN, quando decretado e adiciona que é importante que o texto seja reproduzido igual. Destaca a importância de se ter sistematizado um banco de dados para quantificar o lixo que o pescador tira do mar, além do pagamento pelo serviço. Diego reforça que é compromisso da FF trazer a minuta de decreto, antes deste ser enviado para aprovação, para que possam se certificar de que o texto estará lá. Márcio aponta que em relação ao PSA está sendo feito um diagnóstico de situação e que este projeto será implantado em etapas. Ana comenta que muitos pescadores acabam danificando as suas redes com lixo, ressaltando a importância de que isso possa ser sanado com este subsídio. Márcio completa expondo que inclusive o melhor subsídio também está

sendo mapeado. Betum expõe o caso do Seu Joel, explicando que na década de 70, antes da criação do PEIA, Joel tinha uma autorização da SUDEPE para pescar na Ilha Anchieta, comentando que são feitas injustiças contra o pescador artesanal. Expõe que o IBAMA tirou o Seu Joel de lá, mesmo ele tendo liminar de juiz autorizando sua atividade. Completa afirmando que este homem deve ser assistido, pois está sofrendo um processo federal. Sugere que seja feito um projeto com o Seu Joel, pois ele tem direito adquirido sobre o território, que mesmo que não possa extrair recursos, este projeto seja feito para fins científicos. Destaca que era ele quem cuidava daquele lugar e que o caiçara é tradicional, é cultura e não pode sumir. Aponta que o caiçara deve ser integrado, pois ele não é um intruso. Menciona que ele respeitava o defeso e que só pegava peixe de passagem, declarando que quer que isso seja colocado em pauta. Frisa que ele tinha um termo assinado pelo IBAMA e pede para que este caso seja olhado, pois é delicado. Sugere que seja feito um projeto para colocar ele lá, fazer pesquisas, que ele ganhe um salário, destacando que existem muitas formas de se sanar esse erro. Diego explana a dificuldade do uso da área para produção e exploração de recursos, apontando que é possível incorporar o Seu Joel em projetos de valorização da cultura caiçara no programa de interação socioambiental e promoção cultural. Expõe que a FF irá se comprometer a estudar como inserir atividades educativas de valorização da cultura nos programas de gestão, porém com a restrição da instalação de um cerco. Destaca que não pode se comprometer que isso vá acontecer por ferir regras federais. Betum expõe que o IBAMA deixou claro que, se for para a realização de pesquisa, sem extração, é permitido. Rodrigo traz a importância das reuniões e do processo participativo para incorporar o que for preciso no decreto e que serão feitas quantas reuniões forem preciso. Patrícia indagou como será feita a gestão do projeto. Diego expõe que o que tem hoje na área é delimitação de área de banho e credenciamento de embarcações e que é necessário um ordenamento para locais de fundeio, principalmente na Praia do Sul, e um novo credenciamento. Priscila explica que já existe monitoramento e estudo de capacidade e que a nova unidade irá contar com um conselho e um plano de uso público emergencial. Uma mulher expõe que a divulgação das reuniões é muito importante e sugere que sejam feitas reuniões dentro das comunidades, destaca que não há divulgação, mesmo online. Expõe que o turismo náutico deve priorizar os caiçaras, os tradicionais para o credenciamento, os pescadores que trabalham com turismo no verão. Priscila diz que o PEIA poderá apresentar no CT Pesca da APAMLN como é feito o credenciamento. A mulher ainda expõe que a tainha é um peixe de passagem e que deveria ser liberada sua pesca no inverno, por pescadores artesanais na Ilha Anchieta. Ainda expõe que a PAMB pega no pé de pescador, mas que não fiscaliza as lanchas, diz que há dois pesos e duas medidas para o pescador profissional e para o pescador amador e que quem não vive da pesca acaba podendo pescar mais do que o pescador, que vive disso. Expõe que a pesca deve ser

liberada na área para pescadores nos meses de maio, junho e julho. Aline sugere que seja pensado junto em quando que poderá ser pensada uma possibilidade de estudo para o caso do cerco e pede para que seja marcada uma data. Também solicita que tanto o relatório técnico, quanto a minuta de decreto sejam disponibilizados um mês antes da audiência e que seja produzida uma cartilha desses documentos, indo direto ao ponto, além de indagar como será o conselho da unidade. Um pescador expõe que o pescador artesanal deveria poder pescar tainha e sororoca na área pois são peixes de passagem e que em tempo ruim eles perdem a passagem desses peixes, inclui também a lula, diz que deveriam poder pescar com limitações de rede e somente na época. Ana pergunta sobre a audiência pública e como será feito para quem não tem acesso. Questiona se poderão ser colocados pontos de acompanhamento para que os pescadores sejam ouvidos. Rodrigo expõe que a audiência pública não é o melhor lugar para a discussão e participação por serem muitos setores e ser um espaço muito burocrático. Expõe que é melhor esgotar toda a discussão nas reuniões setoriais pois a audiência não garante a participação. Ana pergunta, para além deste projeto, no que a FF pode contribuir para os tradicionais não perderem mais espaço para magnatas, expondo que estão perdendo espaço marinho também. Pede para que a FF use seu poder para dar apoio às comunidades tradicionais em outros processos também. Julia pergunta porque a opção parque foi escolhida e porque isso para o ordenamento do turismo. Sugere que sejam feitos mais encontros presenciais e que sejam mandados os materiais. Ana reforça que o credenciamento seja aberto para os tradicionais. Diego se coloca favorável aos questionamentos de Aline, afirmando que irá cumpri-los, explica o porquê da escolha da categoria e encerra a reunião.